Jardim da Penha rejeita mudança no PDU

Dos 4.042 moradores que participaram de plebiscito sobre alterações no gabarito dos prédios na região, 3.863 votaram contra

A grande maioria dos moradores de Jardim da Penha, em Vitória, que participaram sábado do plebiscito organizado pela Associação de Moradores do Bairro (Amjap), é contra as alterações no Plano Diretor Urbano (PDU), que elevam o gabarito das construções em algumas quadras da orla de Camburi, permitindo que elas possam chegar a 12 andares, ultrapassando o gabarito atual, de no máximo cinco andares.

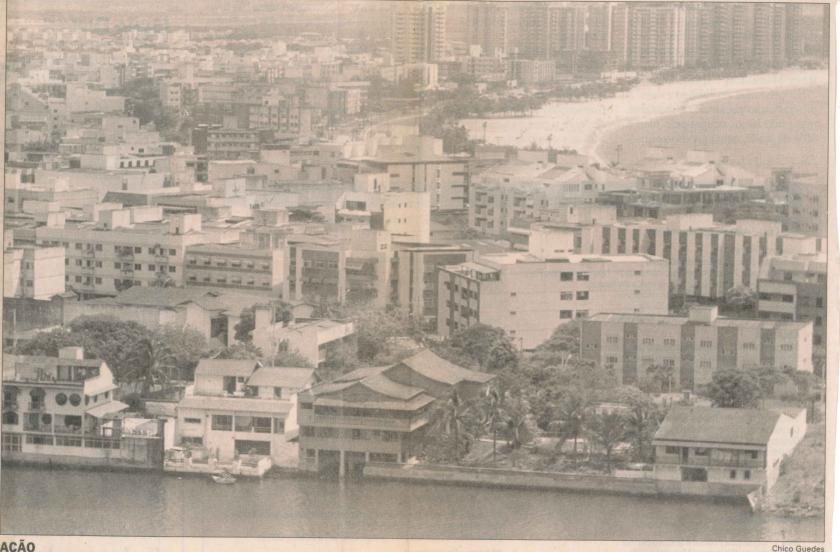
Das 4.042 pessoas que foram às urnas, 3.863 (95,57%) votaram contra a construção de espigões no bairro, enquanto outras 176 (4,35%) opinaram a favor da mudança.

AÇÃO CIVIL — O resultado do plebiscito, que subsidiará uma ação civil pública, preparada pelo Ministério Público, foi considerado satisfatório pelo coordenador geral da Amjap, Rodolpho Dalla Bernadina. "Em uma eleição espontânea, realizada apenas em um único dia, obter votos de 25% dos moradores — são 26.500 pessoas residindo em Jardim da Penha — é uma grande Vitória", considerou Rodolpho. Ele contou que três votos estavam rasurados e por isso foram anulados pela Amjap.

Rodolpho espera que agora os moradores da região se mobilizem ainda mais, comparecendo à Câmara Municipal, na próxima terçafeira, quando deverá ser votado o pedido de urgência para um projeto de alteração do PDU. "Será uma forma de mostrar aos vereadores que não queremos espigões no bairro", completou o coordenador da Amiap.

Os principais motivos apontados pelos moradores de Jardim da Penha para não concordarem com as alterações do PDU são a dificuldade que a PMV provavelmente terá para manter a boa infra-estrutura do bairro, o aumento do tráfego e a falta de ventilação nos prédios e casas existentes na região.

O secretário de Desenvolvimento Urbano de Vitória, Érico Jenz Santos, não foi localizado ontem de manhã para falar sobre a possibilidade de mudança na legislação do PDU.



AÇÃO
A consulta servirá para subsidiar a Associação de Moradores a ingressar na Justiça contra a construção de edifícios com mais de 5 andares no bairro